

AGRONEGÓCIO

Especialistas alertam sobre impactos de eventos climáticos nos preços dos alimentos, e lembram que taxa de juros elevada e cenário fiscal conturbado devem pesar nos custos do crédito ao produtor

El Niño deixa setor em alerta

» RAPHAEL PATI

A confirmação de um novo Super El Niño ainda neste ano tem deixado os produtores rurais mais preocupados com os efeitos de possíveis eventos climáticos extremos na Safra 2026/2027. A Administração Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA, na sigla em inglês) prevê que há mais de 60% de chances de chuvas muito fortes entre os próximos meses de novembro deste ano e janeiro de 2027. Os riscos para a produção, consequentemente, geram receio para o cenário econômico, com a possibilidade do aumento de pressões nos preços de alimentos.

Com a possibilidade de um calor excessivo e período maior de seca em regiões como o sul de Minas, o Cerrado mineiro e o interior paulista, o café pode ser um dos produtos mais afetados pelo Super El Niño. A depender das condições, os eventos podem afetar diretamente a produtividade do setor e a qualidade dos grãos. Outro item que também pode sofrer mais é o milho, sensível a períodos de escassez de chuva, o que pode resultar em prejuízos para a segunda safra.

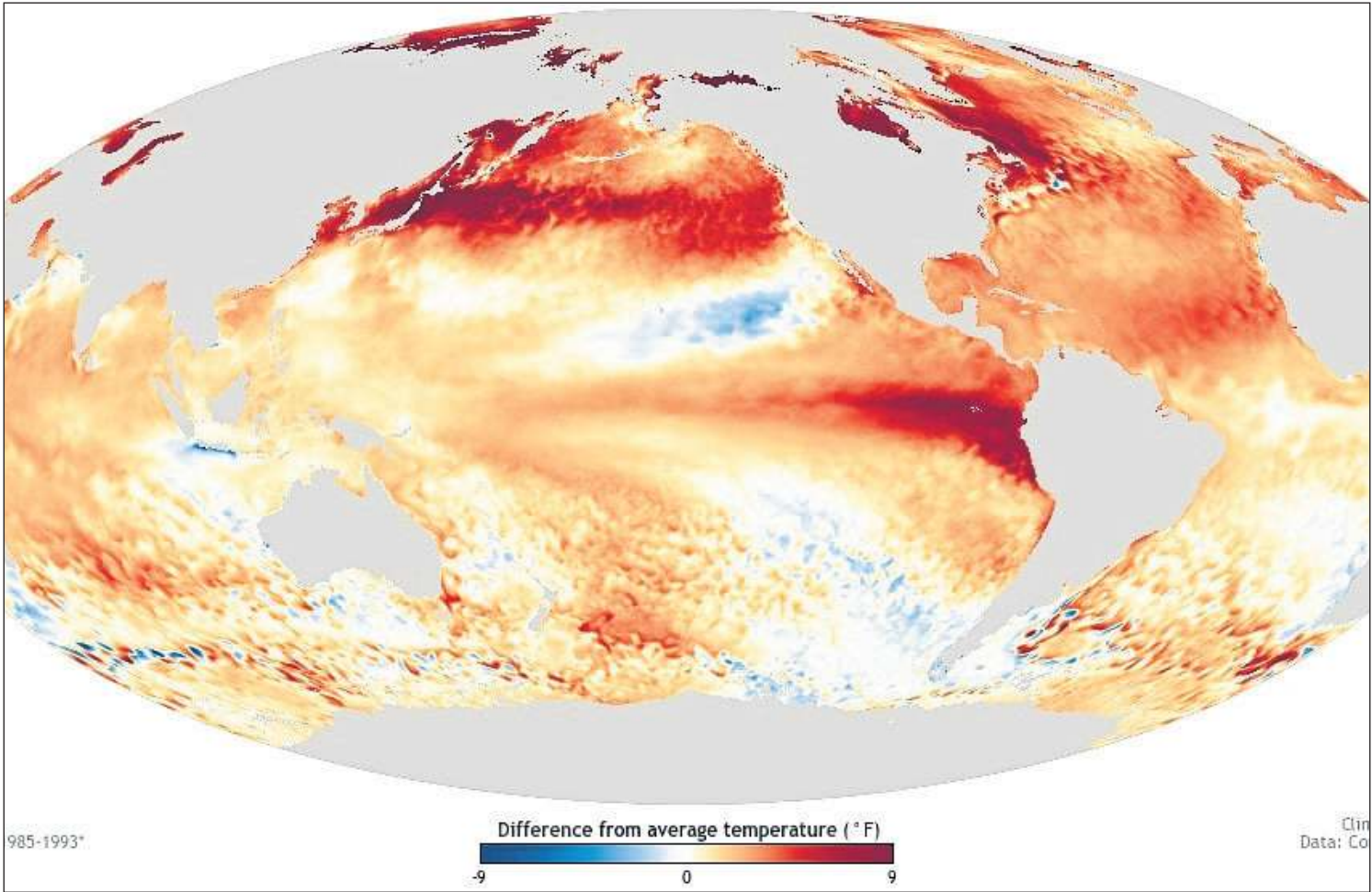
Por outro lado, as chuvas mais intensas no Sul e no Sudeste podem gerar impactos danosos no preço do tradicional almoço brasileiro: o arroz com feijão. Ambas as culturas são sensíveis a enchentes e a irregularidades pluviométricas. Esse cenário pode trazer oscilações rápidas de oferta e preço, também gerando problemas logísticos mais intensos.

Segundo a diretora-executiva da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Patrícia Arantes, os efeitos ainda dependem da região produtiva e da cultura realizada. Por conta disso, os impactos reais sobre o agronegócio são bem mais incertos e ainda foram pouco precificados pelo mercado e pelo setor. “Contudo, para o café, há necessidade de atenção, pois pode afetar parte da produção brasileira”, destaca.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) indicou, recentemente, a possibilidade de um déficit global de 22 milhões de toneladas na próxima safra de milho e de 5 milhões de toneladas no balanço de trigo. Ela também projeta momentos de clima mais desafiador, que podem gerar restrição da oferta de grãos no mercado internacional.

Nesse contexto, a diretora da SRB avalia que há culturas que podem se beneficiar com o El Niño, como o açúcar, por atingir outros países produtores, como a Índia — uma das principais concorrentes do Brasil nesse segmento. “Além

NOAA



Agência dos EUA confirmou a formação do fenômeno e estima mais de 60% de chances de chuvas muito fortes entre novembro deste ano e janeiro de 2027

disso, nenhuma das grandes commodities negociadas em bolsa, como soja, milho, algodão, açúcar, etanol e proteínas, tem o prêmio embutido nos contratos futuros, então será importante acompanhar os próximos meses”, avalia.

Risco ao crédito

A preocupação sobre os efeitos climáticos adversos também podem causar impactos no volume de contratação de crédito rural. Na semana passada, o governo federal lançou o Plano Safra 2026/27, que prevê um volume recorde de R\$ 525,1 bilhões em crédito para médios e grandes produtores rurais. O montante representa um acréscimo tímido de 1,7% em relação ao ciclo anterior e bastante aquém do avanço de 13% na safra anterior.

Nesse cenário, outras instituições e cooperativas também ficarão mais comedidas ao apresentar planos para a próxima safra. Apesar de um crescimento de 18% em relação ao período anterior, o programa do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), que prevê disponibilizar R\$ 70 bilhões em crédito rural nos próximos doze meses, poderia ter sido ainda maior não fosse a preocupação com os riscos climáticos, como explicou o gerente institucional de Agronegócio do

Sicoob, Rafael Santana. “É um crescimento percentual bem robusto, mas já contando que pode ter alguns problemas em algumas áreas. Então, nesse modelo, o avanço poderia ter sido até maior. Nas primeiras análises que nós fizemos, poderíamos liberar mais de R\$ 70 bilhões. Colocamos em R\$ 70 bilhões já incluindo esses pontos climáticos que podem ter nesta safra”, destacou Santana.

A apresentação do programa do Sicoob para a Safra 2026/27 ocorreu na manhã de ontem, na sede da associação. No ciclo anterior, o objetivo foi praticamente alcançado, com a liberação de R\$ 59,5 bilhões e uma meta de R\$ 60 bilhões. Com um crescimento de 6,88% ante o ciclo anterior, a disponibilização de crédito rural pelo sistema chegou a cerca de 194,7 mil operações realizadas em todo o Brasil durante os últimos 12 meses.

Especialistas do Sicoob destacaram que o alto nível de inadimplência preocupa o segmento, mas que esse cenário já é levado em consideração no planejamento do sistema de cooperativas. A taxa de juros em patamar elevado é um dos potencializadores dessa alta do endividamento.

“Os juros altos significam despesa financeira para o tomador e a gente sabe que não são todos os segmentos que possuem margens elevadas para se manterem em

juros elevados, então ele é, sim, um inibidor e, por mais que tenha caído, a gente considera uma taxa de juros elevada, mas o produtor precisa dessas linhas”, disse o superintendente Financeiro do Sicoob, Tobias Fragoso.

Aprovado na Câmara dos Deputados no mês passado e sob análise do Senado, o Projeto de Lei (PL) 5122/2023, cria uma linha especial de refinanciamento para produtores atingidos por eventos climáticos, como as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, e por impactos econômicos de conflitos internacionais. Os recursos para esse programa viriam do Fundo Social do Pré-Sal, de superávits de fundos supervisionados pela Fazenda e de outras fontes definidas pelo Executivo.

A proposta é defendida pelo setor e pela bancada ruralista no Congresso Nacional. No entanto, a equipe econômica do governo já manifestou contrariedade ao texto em tramitação no Legislativo e acredita que o PL é uma “pauta-bomba” para o Executivo. Estimativas da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda indicam um impacto fiscal de R\$ 140 bilhões nos próximos dez anos com a medida. Para a Sociedade Rural Brasileira, o projeto atual está maduro e contaria com critérios objetivos de enquadramento, como a comprovação de queda de

pelo menos 30% da renda bruta esperada, atestada por laudo técnico, além da restrição ao alcance a dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2025, originadas por choques climáticos específicos, como o El Niño.

A diretora da SRB ressaltou que a subvenção entraria no resultado primário do governo, independentemente da fonte que banca a operação. “Aqui a preocupação da Fazenda tem fundamento técnico, e ignorá-la enfraqueceria qualquer defesa séria do projeto”, destaca Arantes, que, por outro lado, informou que esse custo seria mensurável e administrável, e que o texto teria estabelecido instrumentos para acompanhá-lo.

Por emenda incorporada no Senado, o Executivo passaria a publicar relatório anual discriminando, por estado e porte do produtor, o volume de operações, o custo das subvenções, a equalização e o impacto fiscal das garantias honradas pela União. Para a SRB, isso indica que o projeto garante mais transparência sobre os custos das operações. “Um programa com relatório de transparência embutido é o oposto da imagem de gasto incontrollável que o rótulo evoca, portanto o texto não se configura como “bomba fiscal”, como o governo quer incutir, mas em estratégia técnica de política econômica”, acrescentou a diretora.

APOSTAS ON-LINE

PF deflagra operação contra bets irregulares

» CAETANO YAMAMOTO*

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a Operação Vêu de Maia para investigar um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas relacionado à exploração ilegal de apostas de quota fixa, popularmente conhecida como bets, no Brasil.

De acordo com as investigações, os suspeitos utilizavam 87 empresas que atuavam como “laranjas” — pessoa que utilizava o próprio nome em prol de outro indivíduo —, para a lavagem de dinheiro de casas de apostas clandestinas. Além disso, as apurações apontam que o grupo é suspeito de enviar remessas irregulares de valores ao exterior por meio de criptomoedas.

As diligências tiveram início a partir de informações encaminhadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, que identificou o conjunto de empresas suspeitas de ocultar e movimentar recursos de plataformas ilegais de apostas.

De acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, há cerca de 300 operadores por trás dos quase 50 mil sites ilegais já derrubados, que utilizaram 37 instituições financeiras para fazer os pagamentos.

O diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção da PF (Dicor), Dennis Cali, afirmou que a corporação identificou uma grande quantidade de recursos movimentados por bets ilegais.

“Desde o ano passado há uma portaria do Ministério do Esporte, existe um manual para identificar bets legais, que atuam em uma zona cinzenta, quanto às bets ilegais. Temos algumas operações em curso referente a isso. Identificamos uma movimentação muito grande de valores, principalmente nestas bets ilegais. A lei brasileira é muito boa, mas quando parte para a questão das bets ilegais, elas não aderem aos regulamentos. A PF tem recebido e feito algumas parcerias na questão de regulamentação de resultados”, disse.

Mandados

A PF cumpriu durante a operação nove mandados de busca e apreensão, além de buscas pessoais, nas cidades de Aparecida de Goiânia (GO), Goiânia, São Paulo, Ribeirão Preto (SP), Porto Alegre e Canoas (RS). Os investigados poderão responder pelos crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, organização criminosa e outros delitos eventualmente identificados no curso da investigação.

Ainda ontem, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), através da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), se reuniu para realizar a 39ª Reunião Ordinária do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDIC).

O governo federal apresentou, em 19 de junho, uma nova estratégia de enfrentamento ao mercado ilegal de apostas de quota fixa, baseada na asfixia financeira de operadores que atuam sem autorização. O decreto nº 13.033, assinado pelo presidente Lula, amplia os mecanismos de identificação, bloqueio e perdimento de valores vinculados às chamadas “bets ilegais” e estabelece uma atuação integrada entre órgãos públicos, instituições financeiras e entidades reguladoras.

De acordo com dados do governo, 25,2 milhões de brasileiros utilizam casas de apostas ilegais, e as perdas econômicas associadas a essas plataformas chegam a R\$38,8 bilhões por ano. O governo ainda estima que entre 41% e 51% das plataformas de apostas on-line em funcionamento no país operem de forma ilegal.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

CORREIOS

AGU pede a TCU revisão de decisão

A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou, ontem, ao Tribunal de Contas da União (TCU) um pedido de anulação parcial dos efeitos de um acórdão que apontou fragilidades na análise do plano de reestruturação dos Correios, especialmente na concessão da garantia da União ao empréstimo de R\$ 12 bilhões contratado pela estatal em 2025.

No fim de maio, a Corte de Contas decidiu dar ciência ao governo federal sobre a possível violação de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com a ausência de verificação “própria e independente” das premissas financeiras que embasaram o plano de reestruturação dos Correios.

No mesmo acórdão, o TCU recomendou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e ao Ministério da Fazenda o reexame do processo de controle aplicável à aprovação de planos de reestruturação e à concessão de garantias para estatais não dependentes. Os ministérios, conforme a recomendação, precisam focar na definição dos requisitos mínimos de análise técnica e na avaliação

» Imposto Seletivo

Na reunião de ontem com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, ainda alertou sobre a alíquota do Imposto Seletivo, ou “imposto do pecado”, que entrará em vigor em 2027. Segundo Alban, o setor teme um possível aumento excessivo de carga tributária a partir do próximo ano e pediu maior previsibilidade sobre a taxa que será aplicada.

material da capacidade de pagamento da estatal.

O TCU também deu ciência ao governo sobre a escassez de análise precisa da capacidade de pagamento da estatal para fins de concessão de garantia da União e de operação de crédito no valor de R\$ 12 bilhões — o que, segundo a Corte de Contas, “afronta” dispositivo que trata da capacidade de pagamento de

Divulgação/AGU



AGU pede reexame de relatório do TCU que aponta fragilidades em plano reestruturação dos Correios

empresas estatais, em operações de crédito, previsto no decreto de janeiro de 2024 (Decreto nº 11.907/2024).

A AGU, no pedido de reexame, pediu a anulação desses três encaminhamentos dados pelo TCU. Entre outros pontos, sustentou que a

proposta de reestruturação da estatal observou os processos de governança próprios à aprovação de planos de reequilíbrio, com cada instância atuando nos limites de suas competências.

Da parte do TCU, não houve

determinação expressa contrária ao plano de reestruturação ou em caráter sancionatório. Regimentalmente, o “dar ciência” significa que eventuais irregularidades precisam ser corrigidas. É diferente de um simples “alerta”. (Agência Estado)